

**XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BELÉM – PA**

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

**ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA
AMADEU DE FARIAS CAVALCANTE JÚNIOR**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFESM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

S678

Sociedade, conflito e movimentos sociais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/CESUPA

Coordenadores: Armando Albuquerque de Oliveira; Amadeu de Farias Cavalcante Júnior – Florianópolis: CONPEDI, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-868-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Amazônia do Século XXI

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI (28 : 2019 : Belém, Brasil).

CDU: 34



XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Apresentação

Apresentamos o primeiro bloco temático relacionado a questão do debate gênero. Em “Movimentos de mulheres negras no estado do maranhão: olhares sobre as intersecções históricas entre os movimentos negros e os movimentos de mulheres”, por Marjorie Evelyn Maranhão Silva, é analisado o processo de intersecções das mulheres negras e a construção de suas representações e papéis sociais na construção da participação feminina negra dentro do movimento negro. Ainda sobre o papel das mulheres na sociedade e construção social dos seus papéis, “O protagonismo das mulheres nos movimentos políticos para a redemocratização brasileira”, por Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab, vem analisar a participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar e nas contribuições junto a Assembleia Nacional Constituinte, mostrando a proatividade do papel da mulher na redemocratização pós-ditadura com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A questão do direito de família é analisada em “Axel Honneth e as esferas de reconhecimento nas sexualidades: família, direito e sociedade”, por Luiz Geraldo do Carmo Gomes. Quando as esferas públicas por reconhecimento dos sujeitos se constituem tradicionalmente no ocidente a partir da família, do direito e da sociedade, numa reflexão hegeliana atualizada aos temas contemporâneos sobre a questão do que se compreende por família para poder se definir no direito aquilo que uma sociedade pretende como reconhecimento dos sujeitos, o artigo mostra a divisão em esferas do reconhecimento: a) 1ª esfera de reconhecimento como família; b) 2ª esfera pelo Direito (reconhecimento jurídico); c) 3ª esfera, a sociedade e as estimas sociais dos sujeitos.

Os conflitos étnicos e ambientais na América Latina são objeto do trabalho “A construção de um pluralismo jurídico a partir da participação e das necessidades das camadas sociais historicamente excluídas da Bolívia”, por Mayara Helenna Verissimo de Farias, cuja importância é mostrar através do exemplo da Constituição da Bolívia de 2009 que o pluralismo jurídico é possível numa perspectiva decolonial e em novas bases epistêmicas de inclusão dos povos tradicionais que lutam pela constitucionalidade de direitos na América Latina. Nesse sentido, o artigo “conflitos ambientais no pará: o caso da hidrelétrica São Luís Tapajós e Teles Pires (Mato Grosso) e os territórios indígenas”, por Amadeu de Farias Cavalcante Júnior, vem analisar que mesmo após as garantias constitucionais da CF/1988 e da OIT 169, os povos indígenas na Amazônia tem sido violado e surpreendidos em seus

territórios pelas ameaças dos grandes projetos, conflito vivenciado pelos Munduruku e Apiaká e outros povos indígenas ameaçados pelas hidrelétricas atualmente na região oeste do Pará, rio Tapajós.

Convidamos os leitores a refletirem no campo da disciplina sociologia criminal para compreender como os direitos humanos são sistematicamente anulados no processo de atuação da criminalidade urbana, na seletividade penal pelas polícias nas favelas desordenadas pelo crescimento da violência e das cidades, bem como pela busca de participação pelo crime na sociedade do consumo. Igualmente ao estado de violências e crimes, a questão da Lei de Crimes Hediondos não incluir a corrupção no rol da lei também é parte da seletividade penal, como se segue nos trabalhos seguintes: “Sociedade dos excluídos: o consumo-falho como um dos fatores propulsores da delinquência juvenil”, por Priscila Mara Garcia Cardoso, Amanda Tavares Borges; “Ocupação, crescimento urbano desordenado e criminalidade: a luta por moradia no bairro do coroadinho”, por Marco Aurélio De Jesus Pio , Celio Roberto Pinto De Araujo; “Violência policial e a responsabilização internacional do brasil no caso favela nova Brasília”, por Rafaela Teixeira Sena Neves, Verena Holanda de Mendonça Alves; “Ausência do crime de corrupção no rol dos crimes hediondos: seletividade penal?”, por Thiago Alves Feio , Alyne Azevedo Marchiori. Por fim, em “Análise crítica à constitucionalidade da resolução nº 809/2019 de 21 de março de 2019 do tribunal de justiça de São Paulo”, por Alexandre Eli Alves, Geralda Cristina de Freitas Ramalheiro, os autores nos instam a pensar sobre os custos judiciais da mediação de conflitos e o peso sobre o erário, revelando-se um aparelho de alto custo social, sua análise crítica à constitucionalidade da Resolução, e incongruências em relação a leis e normas do próprio judiciário.

Prof. Dr. Amadeu de Farias Cavalcante Júnior - UFOPA

Prof. Dr. Armando Albuquerque de Oliveira - UNIPÊ / UFPB

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS NO ESTADO DO MARANHÃO:
OLHARES SOBRE AS INTERSECÇÕES HISTÓRICAS ENTRE OS MOVIMENTOS
NEGROS E OS MOVIMENTOS DE MULHERES**

**MOVEMENTS BLACK FEMINIST IN THE STATE OF MARANHÃO: LOOKS AT
THE HISTORICAL INTERSECTIONS BETWEEN BLACK MOVEMENTS AND
FEMINIST MOVEMENTS**

Marjorie Evelyn Maranhão Silva ¹

Resumo

Neste artigo são analisadas as intersecções entre os movimentos negros e os movimentos de mulheres para a construção dos movimentos de mulheres negras. Estes, no Estado do Maranhão, fundaram-se a partir de mulheres oriundas daqueles movimentos que não se sentiam contempladas integralmente pelas discussões afetas somente à raça ou ao gênero, porque suas vidas eram atingidas pelos dois marcadores sociais da diferença, fazendo nascer, com relação a elas, violências próprias. Foi utilizada como metodologia a história oral, partindo dos relatos das membras do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, interseccionando essas falas às bibliografias feministas negras.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Raça, Gênero, Marcadores sociais da diferença, Movimentos de mulheres negras

Abstract/Resumen/Résumé

In this paper we analyze the intersections between black movements and feminist movements for the construction of black feminist movements. These, in the State of Maranhão, were founded from women from those movements that did not feel fully contemplated by discussions affecting only race or gender, because their lives were affected by the two social markers of difference, giving rise to their own violence. The oral history was used as methodology, starting from the reports of the members of the Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, intersecting these speeches with the black feminist bibliographies.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Social movements, Race, Gender, Social markers of difference, Black feminist movements

¹ Mestra em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora de Direito da Universidade CEUMA (Maranhão)

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais estiveram, durante a história, à frente de conquistas sociais relevantes, desenvolvendo um papel de luta pela construção de direitos para a asseguarção da justiça social. Dentre eles, destacam-se os movimentos negros, os movimentos de mulheres e, de modo especial, os movimentos de mulheres negras, foco deste trabalho, que sofreram (e sofrem) resistências múltiplas da sociedade de modo geral, sofrendo resistências, inclusive, dentro dos próprios movimentos.

Em muitos casos, grupos de pessoas com debates específicos, mas que se encaixavam dentro do debate geral de certos grupos maiores, foram acusadas de fomentar a secção dentro dos próprios movimentos porque, até então, aquelas e aqueles que deles participavam não conseguiam perceber a multidimensionalidade das diferenças às quais algumas pessoas eram submetidas dada a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença.

É preciso, então, (re)conhecer essas intersecções e, especialmente, as interlocuções das sujeitas que participaram desse momento de construção dos movimentos de mulheres negras no Estado do Maranhão, um dos pioneiros na construção desses debates. Nessa esteira, buscou-se, a partir deste trabalho, responder ao seguinte questionamento: em que medida os movimentos negros e de mulheres influenciaram na construção dos movimentos de mulheres negras no Estado do Maranhão?

Foi utilizada a história oral como metodologia, partindo dos relatos das membras do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, o primeiro grupo de mulheres negras do Estado do Maranhão. Isso para tentar compreender, de fato, o impacto do racismo e do sexismo interseccionados nas vidas das mulheres negras, a partir das Andresas entrevistadas, uma vez que suas histórias não são, de forma suficiente, documentadas, o que exige uma postura de reconhecimento de suas memórias e falas.

Essas falas foram intercaladas, de modo especial, às de outras feministas negras pelas bibliografias por elas construídas, porque entende-se que não há como contar suas histórias se não for a partir dos seus próprios olhares, sob pena de apenas se reiterar as invisibilidades e outras violências sociais que já tanto lhes marcam.

2. MOVIMENTOS NEGROS: intersecção entre Brasil e Maranhão

Os movimentos sociais tiveram um papel fundamental ao longo da história para a asseguarção da igualdade e da justiça sociais, participando dos processos luta por direitos e de

resistência ao desconhecimento de sujeitas e sujeitos. Dentre tais movimentos, destacam-se os movimentos negros, que foram de significado impar para as construções dos movimentos de mulheres negras, em especial no Estado do Maranhão.

Pensando a partir de Santos e Chauí (2013), é perceptível que os movimentos e as organizações da sociedade têm tido, ainda hoje, trabalhos políticos de grande importância. Movimentos, associações e coletivos acumulam processos de luta e resistência política-social-cultural. E, ao falar de “Movimentos”, reconheço a sua pluralidade e à das sujeitas e sujeitos que participam deles, ainda que, de algum modo, comunguem de alguns objetivos iguais.

Os movimentos da sociedade, de modo geral, trouxeram uma mudança paradigmática, pela possibilidade de expansão de direitos que seguiria além da que o Estado queria proporcionar, a partir de suas instituições e demais aparatos que, muitas vezes, terminavam traduzindo “[...] o caráter opressivo dos excessos de regulação do Estado em distintas esferas da vida pública e privada” (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 446).

O golpe militar de 1964 foi um marco para o país inteiro, inclusive para a luta dos negros contra o racismo. A suposta tentativa de pacificar a sociedade civil e de combater a corrupção e o comunismo deu margem a um momento histórico de prejuízo inestimável, em especial para a população negra, cujas elites intelectuais terminaram sendo desarticuladas. E ainda se proibia de falar em discriminação racial, pois configurava subversão, um crime contra a segurança nacional (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Como falou a Andresa¹ Josanira da Luz (informação verbal)², “[...] Na década de 70, quando o movimento negro surge, negro não podia andar junto”.

Mas, no final da própria década de 1970, começou a retomada dos espaços pelos movimentos, com acontecimentos significativos para a população negra, em várias partes do país, que trouxeram consigo uma cada vez maior adesão de pessoas ao movimento. Um marco importante foi a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que foi criado efetivamente em junho de 1978, em São Paulo, como um movimento contra a ditadura militar, com a participação de sujeitas e sujeitos, e instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro, voltados à luta “[...] contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 49).

¹ Cabe aqui um destaque ao fato das mulheres que compõem o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa se intitularem “Andresas”, demonstrando um sentimento de pertencimento ao grupo e de aliança à história de luta e resistência da Mãe Andresa, razão pela qual são assim também chamadas neste trabalho. Assim, respeitando a forma como elas se nomeiam, as chamarei de “Andresas”.

² Entrevista realizada em 12 de outubro de 2017.

Foi uma carta, convocando para um ato público contra o racismo, o primeiro documento criado por esse movimento, que foi assinado por várias entidades e deu sustentação à fundação dele próprio (do Movimento), instituído como um instrumento de luta da comunidade negra para denunciar situações de racismo. O ato público aconteceu em 7 de julho de 1978, tendo servido como um marco para as manifestações contra as discriminações raciais. Como se tratava de um movimento formado, na sua essência, pela população negra, numa Assembleia ocorrida em 23 de julho do citado ano, decidiu-se incluir a expressão “negro” no nome do movimento, formando o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Depois foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU) (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Uma das conquistas do MNU, cujas assembleias aconteciam, de modo alternado, nas várias cidades do Brasil, foi o estabelecimento do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Rompeu-se com a ideia de que o dia 13 de maio representava as lutas de negras e negros, dia este que passou, cada vez mais, a ser visto apenas como uma data demarcada por órgãos oficiais, numa visão embranquecida e que desconsidera as histórias de vida deles (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

O MNU lutava contra as várias violências sofridas pela população negra, inclusive a violência policial, os linchamentos e as acusações de que negros seriam “[...] divisionistas, revanchistas etc.” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 61). Ou seja, lutava contra o terror vivido diariamente pelos negros. Também pleiteava empregos e segurança social. E foi por ter uma atuação bastante marcante que o MNU se tornou essencial quanto ao reconhecimento da articulação entre os marcadores de raça e classe, tendo se transformado em referência no que tange às suas propostas e participação política, inspirando a criação de várias entidades ou grupos negros em diversos locais do país.

No que concerne ao Maranhão, a Andresa Sílvia Leite, falou sobre o início dos movimentos negros no Estado, no final da década de 1970, momento em que já militava:

[...] Foi um momento político ainda no final da ditadura. Eu me lembro que nossa primeira reunião [...], nós fizemos uma reunião na Sociedade de Direitos Humanos, na Rua da Saavedra. Foi a primeira reunião ampliada. A polícia federal tava lá. Queria saber o quê que a gente tava conversando. E Gil, altamente político, percebendo... Entendendo... A discussão foi toda no contexto cultural. Então, os caras viram que não tinham muito o que fazer ali. Era música, era dança, era cultura. E aí nós vimos a importância de ter as estratégias até pra trabalhar o grupo daí ir pra frente (informação verbal)³.

³ Entrevista com a Andresa Sílvia Leite, realizada em 11 de outubro de 2017.

Entre 1979 e 1980, saindo da sede da Sociedade de Direitos Humanos, segundo ela, os negros dos movimentos passaram a se reunir no Laborarte, um Centro Cultural localizado no Centro Histórico, para estudar e fazer discussões:

[...] Negrada descia. Se encontrava na Praça Deodoro, tipo cinco horas da tarde. Um grupo de negros, em frente ao Banco do Brasil, à Biblioteca [Central], e de lá descia para o Laborarte. Então, assim, parecia uma procissão! Muita gente! E foi bom porque as coisas começaram a se identificarem: “Vai haver uma reunião dos negros hoje”. [...] Aí fizemos a primeira Semana do Negro, em 80, na Sede do Sindicato dos Arrumadores, ali na São Pantaleão [...] A questão era ocupar o espaço dentro do contexto da sociedade (informação verbal)⁴.

E completa falando sobre a luta do grupo que se formava contra o racismo:

[...] Nós sabemos o que nós enfrentamos naquele momento, quando surgiu o movimento negro. Eu também sou fundadora do Centro de Cultura Negra. Tô na ata de fundação. E, assim... Foi um processo de retomada da consciência, porque todo mundo vivia muito à vontade. Mas, quando a gente começou a discutir o que era ser negro num Estado, numa cidade como São Luís, essa nossa postura teve que ser outra, inclusive de nossos colegas entenderem o quê, por quê que a gente tava lutando, qual era o objetivo dessa luta (informação verbal)⁵.

No Brasil, na época que seguiu, também houve o crescimento na quantidade de militantes negros galgando titulação acadêmica, o que foi essencial para o resgate da condição dos negros como sujeitos que criavam o conhecimento – em especial, o conhecimento sobre si próprio –, saindo da condição de objetos de estudo, ao enegrecer as universidades como sujeitos do conhecimento (CARNEIRO, 2002).

Antes desse período – essa emergência aconteceu nos anos de 1990 –, segundo Gomes (2009), a presença de negros na academia era mínima, razão pela qual os brancos construíram uma teoria que trazia uma suposta superioridade (para estes) e inferioridade racial (para os demais). Na produção escrita, os intelectuais negros expressavam não só a questão da raça, mas também da classe (além de outras marcações sociais da diferença). E mostravam que, desde seus nascimentos, ocupam um espaço/tempo e um pensamento social afetado por esses marcadores (GOMES, 2009).

Carneiro (2002) permite que se reflita sobre o fato de se está, ainda hoje, vivendo um momento de reconhecimento de negros. Mas o movimento para esse reconhecimento não nasceu espontaneamente na sociedade, nem foi aceito sem resistência pelo Estado, visto que a pauta da população negra sequer era ouvida e respeitada. A máscara social de que houve um nascimento e uma aceitação espontânea quanto aos direitos das pessoas negras encobre suas

⁴ Entrevista com a Andresa Sílvia Leite, realizada em 11 de outubro de 2017.

⁵ Entrevista com a Andresa Sílvia Leite, realizada em 11 de outubro de 2017.

lutas para conseguir visibilidade e direitos, uma vez que não se oportuniza a participação delas na construção do que, em tese, seria voltado para estas.

Kilomba (2016) faz referência a uma máscara que era colocada na boca das pessoas negras durante o período da escravização, na intenção de impedi-las de comer a cana de açúcar e o cacau nas lavouras, assim como de contarem sobre as violências que sofriam. Mas diz também que essa máscara se revestia e ainda se reveste de outras significações, relacionadas ao silenciamento social imposto às pessoas negras, que não são ouvidas. E, quando são, suas histórias são rejeitadas.

É bom destacar também a importância dos movimentos negros no período da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, que tiveram um papel essencial na ruptura com o modelo ditatorial e na entrada no momento de redemocratização do país, trazendo para a discussão a necessidade de inclusão de princípios que garantissem a igualdade racial na Constituição que estava sendo criada – depois promulgada como Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (PACHECO, 2005).

Então, a Constituinte não pode ser vista em apartado da atuação dos movimentos negros e das políticas por eles evidenciadas, vez que eles pressionaram fortemente o Estado para a inclusão dos direitos dos negros na Constituição. E esta, por sua vez, representou, ainda que formalmente, um marco para o momento que se iniciava, de reconhecimento de direitos – inclusive, direitos humanos – aos negros, a partir do reconhecimento do “[...] caráter pluriétnico e, portanto, multicultural da sociedade brasileira [...]”⁶ (PACHECO, 2005, p. 115).

Para Carneiro (2002), os movimentos negros têm, até hoje, mesmo com toda resistência e apropriação indevida por parte do Estado, do mercado e da sociedade quanto às suas lutas, sido essenciais para denunciar a falsa democracia racial em que se vive, conduzindo discussões críticas sobre diversos temas que afetam a população negra, como: saúde, educação, relações raciais, luta por terra, história de opressão, gênero e outras tantas questões que envolvem democracia, cidadania e direitos humanos à população negra (CARNEIRO, 2002).

Nessa linha, os movimentos negros se mostraram como valiosos instrumentos de resistência às violações de direitos de pessoas acompanhadas pela negritude, seguindo o Estado do Maranhão a esteira do movimento nacional e permitindo o questionamento, pela população negra, às crueldades da opressão racial, assim como a luta por inclusão social.

⁶ Esse reconhecimento apenas formal, mediante uma falsa inclusão social dos negros, tem sido entendido como apenas um artifício para sustentar uma suposta asseguaração de direitos (CARNEIRO, 2002).

3. BREVES NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS DE MULHERES

Mas os movimentos negros não foram os únicos a lutar por igualdade de direitos e superação da condição de subalternização social. Dentre outros movimentos de grande significação, destacam-se os movimentos de mulheres que, além do impacto para a asseguaração dos direitos dessas, por sua intercalação com outros grupos, propiciaram discussões além do gênero, numa perspectiva interseccional.

No que tange aos movimentos de mulheres, os que aconteceram aqui no Brasil, para Carneiro (2003), tiveram uma grande importância inclusive no contexto internacional. Dentro do país, trouxeram impactos também para a criação da Constituição Federal de 1988, no processo de reconstrução democrática e para a asseguaração de direitos e políticas públicas que pudessem promover a igualdade de gênero e combater as discriminações e as violências doméstica e sexual contra as mulheres.

Foi a partir desses movimentos que também foram criados vários órgãos e instituições importantes para a asseguaração dos direitos das mulheres, assim como se tornou possível repensar sobre a liberdade sexual e de reprodução, sobre a igualdade nas relações trabalhistas, entre outras questões. Contudo, os movimentos feministas, por algum tempo, desconsideraram as diferenças entre as mulheres, adotando uma perspectiva que universalizava, de modo embranquecido, suas vidas e seus pleitos (CARNEIRO, 2003).

Na década de 1970, conceitos como o de “mulher” passaram a ser ressignificados sob a perspectiva de gênero, alterando a condição biologicista para uma ideia de construção social dessa condição, o que trouxe um impacto muito grande para a nova perspectiva que se desenvolvia (PISCITELLI, 2001). E foi nessa década também que surgiram, no Brasil, os primeiros movimentos que pleiteavam direitos para as mulheres, estando voltados à repressão às diversas violências.

E, como uma das consequências desses primeiros movimentos de mulheres, como ressalta Piscitelli (2001, p. 2), questionava-se: “[...] Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como ela se mantém?” Faziam isso na intenção de conseguirem direitos iguais aos homens. E, apesar dos pensamentos feministas não serem unificados, buscavam eles solidificar uma solidariedade entre as mulheres, questionando a condição de subordinação delas como algo natural e buscando igualdade na ocupação dos espaços sociais e no exercício de direitos.

Assim, algumas ideias já eram compartilhadas pelos pensamentos feministas, como o questionamento sobre a naturalização da subordinação das mulheres nascida da diferença

sexual; a ocupação de espaços inferiores e subordinados aos homens em todos os lugares e períodos históricos, com variadas configurações de poder acontecidas nos diversos contextos históricos, políticos e culturais; a alteração da percepção das mulheres como necessária para a mudança do espaço social por elas ocupado; a necessidade de igualdade quanto ao exercício de direitos, entre outros⁷ (PISCITELLI, 2001).

Das análises críticas das opressões das mulheres que surgiram as lutas contra o sexismo vivido, conforme Welzer-Lang (2001).

A ideia, então, era discutir as questões específicas das mulheres. A proposta dos movimentos de mulheres que se formavam, para a Andresa Paula Renata Balthazar (informação verbal)⁸, era “[...] rever o privado, pra tentar falar do público com uma outra fala. Não com a mesma fala”. Mas vale frisar que as uniformidades com relação a certas questões não significavam, para Gonzalez (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), a possibilidade de falar do Movimento de Mulheres de forma unitária.

Quanto aos movimentos de mulheres no contexto maranhense, a Andresa Paula Renata Balthazar, em sua entrevista (informação verbal)⁹, ressaltou sua participação, junto com outras Andresas, do primeiro grupo de mulheres da capital do Estado, o Grupo Mulheres da Ilha: “[...] Eu e a Silvia [Leite] fazíamos parte do Grupo Mulheres da Ilha, que foi, na realidade, o primeiro grupo, pelo menos que eu conheço, o primeiro grupo feminista que houve aí em São Luís, com as ideias que estavam disseminando – as ideias feministas”.

E a Andresa Silvia Leite nos contou, durante a entrevista (informação verbal)¹⁰, que ela e a Andresa Paula Renata Balthazar participaram da fundação desse grupo: “[...] Então, nós fomos fundadoras do Grupo Mulheres da Ilha [...]”.

Na percepção da Andresa S.M.V.N. (informação verbal)¹¹, o Grupo Mulheres da Ilha teve uma importância imensa para os movimentos de mulheres. Todavia, como ela ressalta, as mulheres negras que participavam dele – especialmente as Andresas Paula Renata Balthazar e Silvia Leite, citadas por ela – não se sentiam contempladas pelas discussões, razão pela qual decidiram sair desse grupo.

Mas foi preciso que algumas das mulheres invisibilizadas pelos próprios movimentos de mulheres, como as mulheres negras, trouxessem para a discussão as suas pautas, uma vez que a opressão que sofrem não se limita ao sexismo, visto que são oprimidas também pelo

⁷ Convém esclarecer que os significados de igualdade, ocupação de espaços e asseguarção de direitos eram diferentes para cada grupo de mulheres.

⁸ Entrevista realizada em 16 de outubro de 2017.

⁹ Realizada em 16 de outubro de 2017.

¹⁰ Realizada em 11 de outubro de 2017.

¹¹ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2017.

racismo, trazendo para a discussão a necessidade de enegrecer o feminismo. A ideia era demonstrar que o feminismo eurocêntrico não representa todas as mulheres e debater questões intragênero (CARNEIRO, 2003).

Assim, mesmo que os movimentos de mulheres tenham sido relevantes para a construção de novos debates – afetos ao gênero, especialmente –, as discussões oportunizadas por estes não conseguiam contemplar todas aquelas que daqueles participavam, que, em suas vidas, não se sentiam suficientemente abarcadas pelas falas das mulheres dos movimentos de mulheres porque não compartilhavam unicamente daquelas experiências.

4. MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS E AS INTERSECÇÕES COM OS MOVIMENTOS NEGROS E DE MULHERES NO CONTEXTO MARANHENSE

A necessidade de trazer novas discussões sócio-políticas para o cenário, então, foi o que fez com que mulheres envolvidas com os movimentos negros e com os movimentos de mulheres sentissem a necessidade de criação de movimentos próprios, que contemplassem todas as suas discussões e realidades e que lhes permitissem trazer suas falas de modo pleno, não invisibilizadas e unificadas somente por raça ou por gênero.

E foi na intersecção¹² entre as mulheres negras que participavam dos movimentos negros e das mulheres negras que participavam dos movimentos de mulheres que se trouxe para a discussão as pautas específicas das mulheres negras e se construíram os movimentos próprios – os movimentos de mulheres negras –, a fim de discutir as questões intragrupo racial no primeiro movimento e intragênero no segundo (CARNEIRO, 2003).

Cabe ressaltar, entretanto, uma interessante colocação da Andresa Cecília Batista (informação verbal)¹³, que inverte a história dos movimentos de mulheres, ao dizer que, na verdade, a consciência sobre direitos e as lutas teve início a partir das mulheres negras, que eram responsáveis até mesmo pelos cuidados dos filhos das mulheres brancas quando estas tinham que sair para as atividades dos movimentos de mulheres:

[...] Aí o discurso é de que o movimento de mulheres começou com o movimento feminista. E, para nós, a discussão, ela é antes disso, ela acontece desde a África. Quando chega aqui, as mulheres negras continuam em outras lutas. E, até para que

¹² Sobre interseccionalidade, ressalta Crenshaw (2002, p. 177): “[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências (sic) estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.”

¹³ Entrevista realizada em 20 de outubro de 2017.

as mulheres brancas pudessem ir para a luta feminista, quem ficava na casa cuidando das crianças éramos nós, as nossas mulheres negras. Então, assim, pra nós, a gente fala de um outro lugar. (informação verbal)¹⁴.

Tal fala subverte a ordem do feminismo de construção eurocêntrica, na medida em que reconhece as mulheres negras como fundantes da própria busca por direitos.

E, durante as entrevistas, várias Andresas, como Paula Renata Balthazar¹⁵, Silvia Leite¹⁶ e S.M.V.N.¹⁷, destacaram essa interseção entre os movimentos negros e de mulheres para a formação dos movimentos de mulheres negras.

Quanto à relação entre os movimentos negros e as mulheres negras, Gonzalez e Hasenbalg (1982) destacam que, em paralelo, por causa da quantidade de pessoas que já as acompanhavam, ainda ao final da década de 1970, as mulheres negras passaram a sentir a necessidade de se reunir em separado para discutir pautas que interessassem diretamente a elas.

E aconteceram muitas reações contrárias a essas situações, especialmente por parte de machões, com o objetivo de diminuir as mulheres do movimento. Chamavam-nas de mal amadas e, quando eram suas esposas, proibiam-nas de participar das reuniões, pela (suposta) obrigação que tinham de ficar em casa desenvolvendo trabalhos domésticos e cuidando dos filhos (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Davis (2016) estimula a pensar, salvaguardando o contexto dos Estados Unidos – a partir das falas das Andresas S.M.V.N.¹⁸, Lucia Gato¹⁹ e Silvia Leite²⁰ –, que, nos movimentos negros, o pleiteado era os direitos para os negros. Os homens, portanto. Assim, o apoio que eles queriam das mulheres, que representavam uma parte significativa das pessoas envolvidas com o movimento, era sem qualquer contrapartida para elas, visto que essas estariam excluídas dentre as pessoas beneficiadas pelos direitos adquiridos. E mais: elas já estariam cientes disso desde o início.

No mundo, como dita Sudbury (2003, p. 153), vários movimentos, ideias e terminologias foram influenciados além das fronteiras de lugar em que foram construídas. Como exemplos, ela menciona “[...] o movimento americano *Black Power*”, a ideia do “[...] ‘orgulho negro’ [que] ressoava de uma forma que o movimento ‘de volta para a África’ não

¹⁴ Entrevista com a Andresa Cecília Batista, realizada em 20 de outubro de 2017.

¹⁵ Entrevista realizada em 16 de outubro de 2017.

¹⁶ Entrevista realizada em 11 de outubro de 2017.

¹⁷ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2017.

¹⁸ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2017.

¹⁹ Entrevista realizada em 02 de outubro de 2017.

²⁰ Entrevista realizada em 11 de outubro de 2017.

ressoava” e a expressão “negro”, que passava a substituir as que começaram a ser percebidas como inadequadas – “nego” e “de cor” –, por exemplos²¹.

Essas perspectivas de Sudbury (2003) permitem refletir sobre as influências que os movimentos de mulheres negras tiveram pelo mundo, não sendo movimentos estáticos e passando a repercutir além das fronteiras onde estavam acontecendo, o que demonstra a interligação entre eles. Por isso, também entendo não ser possível falar em “movimento”, mas em “movimentos”, na medida em que eles se ressignificam a cada nova ideia que surge ou influência que recebem, e também se amoldam às características de cada lugar.

Quanto à valorização das indivíduos enquanto tais dentro dos coletivos de mulheres negras, Sudbury (2003) faz pensar que essa não anula nem contradiz os interesses e perspectivas coletivas dos movimentos. Isso porque há, entre eles e dentro deles, uma pluralidade de sujeitas que precisam ser respeitadas e valorizadas também em suas individualidades. E o fato das mulheres negras que participam dos movimentos de mulheres negras não terem ideias exatamente iguais – o que seria algo quase impossível de se concretizar – entre os movimentos, ou até discordarem dentro do mesmo coletivo, não enfraquece a luta geral. De modo inverso, termina reforçando a pluralidade na diferença, tendo como base de luta algo em comum, que as une.

Os coletivos, na verdade, precisam trabalhar para o fortalecimento das individualidades das sujeitas que pertencem a ele, pois o fortalecimento individual é também a valorização do coletivo. E foi algo perceptível dentro do Grupo Mãe Andresa durante a pesquisa de campo, pois suas membras mostraram sempre esse interesse em assegurar a identidade sócio-político-cultural como Grupo para alimentar a pluralidade. O reconhecimento de que, no Grupo Mãe Andresa existem diferenças, sejam elas relacionadas à cultura, religião, nível educacional, formação familiar, trabalho, visões de mundo ou outras convicções de caráter individuais, traz uma ênfase ao respeito, em nome da pluralidade.

Ainda pensando a partir de Sudbury (2003, p. 102), falar de movimentos de mulheres negras não exclui a possibilidade de aceitação de parcerias com outras sujeitas e sujeitos que não têm inteiramente trajetórias, biografias e transitam pelas mesmas questões como condição de sua existência social. Ainda a autora esclarece que: “[...] A exclusão dos homens era vista como uma característica das organizações de mulheres brancas da qual as mulheres negras queriam distância”. Isso me faz refletir sobre o fato de que aceitar homens negros ou mulheres

²¹ No que concerne às questões sobre os “negros”, apesar dela ressaltar a substituição de outras expressões por essa, ela não desconhece que esta é uma construção que segue ordens de espaço e tempo, sendo, nesse caso, construída enquanto uma perspectiva eurocentrada de ver determinadas sujeitas e sujeitos, que reflete as opressões e as resistências pelas quais passam (SUDBURY, 2003).

brancas (como eu) como aliadas e aliados pode servir para dar visibilidade, fortalecer e disseminar suas perspectivas.

No que toca aos movimentos de mulheres negras no Brasil, intercalando Viana (2010) e Carneiro (2003), constatei que eles começaram pelo Rio de Janeiro, em 1975, na interseção entre os movimentos negros e os movimentos de mulheres, e partindo dos eventos realizados por cada um desses movimentos, que terminaram suscitando nas mulheres negras o interesse por discussões específicas, dado o fato delas não se sentirem plenamente contempladas pelas discussões existentes neles. Elas sentiram a necessidade de debates específicos sobre as suas questões. E esses movimentos se espalharam pelo país sob as mais diversas configurações.

Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras estavam “Enegrecendo o feminismo” quando passaram a traçar suas próprias trajetórias e trazer para a pauta de discussões dos movimentos feministas as questões das mulheres negras, fundadas na multiracialidade e pluriculturalidade. E situação assemelhada aconteceu nos movimentos negros, quando a perspectiva feminista foi inserida nos debates. Tais situações geraram disputas entre sujeitas do mesmo gênero no primeiro caso e pessoas da mesma raça no segundo, exigindo das mulheres negras uma posição firme quanto aos seus pleitos:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p. 3, grifos da autora).

E vale ressaltar a importância do MNU para a mudança de paradigmas que passava a acontecer, tendo ele também contribuído para que as mulheres negras pudessem trazer seus debates específicos para dentro dos movimentos negros e de toda a sociedade:

[...] Também nós, mulheres negras, além da denúncia do branqueamento do homem negro, em termos de casamento, discutimos os problemas relativos à educação de nossas crianças, controle de natalidade, assim como nossa participação no processo de libertação do povo negro e na luta contra o racismo. Analisamos também a situação da mulher negra enquanto empregada doméstica no quadro da reprodução do racismo (inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres). (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 63).

A intenção das mulheres negras, então, passou a ser a de construir e firmar seus movimentos específicos, para dar cada vez mais visibilidade às suas questões. E assim, no final da década de 1970, por já acontecerem grandes discussões sobre as mulheres negras, especialmente dentro dos movimentos negros, sentiu-se a necessidade de construção de

movimentos próprios das mulheres negras, em um processo de constante de autonomia para elas (VIANA, 2010).

Quanto ao início da reivindicação de direitos específicos das mulheres negras, dentro dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres na capital do Maranhão, a Andresa Lucia Gato (informação verbal)²² destacou a necessidade que havia, à época, de organização de movimentos específicos de mulheres negras, pois o que os outros movimentos podiam proporcionar não era suficiente para atender às demandas delas. Era preciso dar mais visibilidade às mulheres negras em vários contextos: cultural, político, sócio-histórico.

De acordo com a Andresa Lucia Dutra (informação verbal)²³, os movimentos de mulheres negras no Estado surgiram a partir da participação nos encontros de negros do Norte e Nordeste, na década de 1980, onde, num desses encontros, surgiu a discussão e foi firmado o compromisso de que, em cada Estado, fosse construída uma organização de mulheres negras.

A Andresa Paula Renata Balthazar (informação verbal)²⁴ falou sobre o fato de ela e outras Andresas, como as Andresas Silvia Leite e Silvia Cantanhede, à época, militarem tanto nos movimentos negros, dentro do Centro de Cultura Negra, como nos movimentos de mulheres, no Grupo Mulheres da Ilha. E falou também da necessidade que havia de formação do movimento próprio de mulheres negras:

[...] E nós, enquanto negras e participantes do Centro de Cultura Negra, nós pensamos em estar criando esse grupo de mulheres negras, dentro da visão da época, da interseção do movimento de mulheres com o movimento negro. E aí tinha a Silvia Cantanhede também, e nós 3 começamos a conversar sobre essa criação. (informação verbal)²⁵.

E foi dessa interseção e dessas conversas que foi criado o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. Então, falar da história dos movimentos de mulheres negras no Maranhão é falar da própria história das (hoje) Andresas e do Grupo Mãe Andresa, uma vez que foi a partir da união das membras que, à época, militavam nos movimentos negros, junto ao Centro de Cultura Negra (CCN), e nos movimentos de mulheres, junto ao Grupo Mulheres da Ilha, que foram fundados os movimentos de mulheres negras no Estado do Maranhão:

[...] O Grupo Mãe Andresa é um grupo que surge dentro do Centro de Cultura Negra do Maranhão. O Centro de Cultura Negra é a primeira organização do Movimento Negro do Maranhão e o Grupo Mãe Andresa também é o primeiro grupo de mulheres negras do Maranhão, e que nasce dentro do Centro de Cultura Negra. Já existiam alguns grupos de mulheres, mas não grupo de mulheres negras. Existiam alguns grupos de mulheres no Maranhão, algumas, acho que em torno de umas 2 ou

²² Entrevista realizada em 02 de outubro de 2017.

²³ Entrevista realizada em 20 de outubro de 2017.

²⁴ Entrevista realizada em 16 de outubro de 2017.

²⁵ Entrevista com a Andresa Paula Renata Balthazar, realizada em 16 de outubro de 2017.

3 mulheres participavam – mulheres negras –, que depois fundaram o Mãe Andresa. (informação verbal)²⁶.

A Andresa Silvia Leite (informação verbal)²⁷ contou a história de fundação do grupo, dizendo que ele surgiu após a saída dela e da Andresa Paula Renata Balthazar do Grupo Mulheres da Ilha (que pertencia aos movimentos de mulheres), tendo elas, no início da década de 1980, se unido com a Andresa Lucia Dutra, a Andresa Luzia e outras mulheres e formado o grupo:

[...] O Grupo Mãe Andresa, ele surgiu da saída minha, Silvia Leite, e da Paula Baltazar da Silva do Grupo Mulheres da Ilha. [...] no início dos anos 80, nós sentimos a necessidade de discutir a questão da especificidade, a questão da mulher negra, no contexto do movimento negro. E aí nós sentamos – eu, a Paula, a Lucia Dutra, a Luzia, outras mulheres. E aí nós começamos a discutir isso dentro do movimento do Centro de Cultura Negra (informação verbal)²⁸.

A Andresa Josanira da Luz (informação verbal)²⁹ também destaca o fato do Grupo Mãe Andresa ter dado início aos movimentos de mulheres negras no Estado, fazendo com que fossem formados outros coletivos depois dele: “[...] O Mãe Andresa, digamos, é o grupo-mãe, que gerou outros grupos”.

Quando da criação do Grupo Mãe Andresa, de acordo com a Andresa Lucia Dutra (informação verbal)³⁰, a intenção foi de valorizar as mulheres negras, a partir da Mãe Andresa³¹ – que foi uma das chefas da Casa das Minas (informação verbal)³² – e, assim como de resgatar e dar visibilidade às religiões de matriz africana:

[...] E aí nós começamos a discutir no seio do Centro de Cultura Negra. Foi o primeiro momento em que se discutiu a formação do grupo, do grupo de mulheres negras, que aí a gente intitulou com o nome “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”, tentando valorizar e resgatar a questão da Mãe Andresa, que foi uma das fundadoras da Casa das Minas, aqui em São Luís do Maranhão. Então, nós tentamos

²⁶ Entrevista com a Andresa S.M.V.N., realizada em 23 de outubro de 2017.

²⁷ Entrevista realizada em 11 de outubro de 2017.

²⁸ Entrevista com a Andresa Silvia Leite, realizada em 11 de outubro de 2017.

²⁹ Entrevista realizada em 12 de outubro de 2017.

³⁰ Entrevista realizada em 20 de outubro de 2017.

³¹ A Mãe Andresa (Andresa Maria de Sousa Ramos), nascida na cidade de Caxias-MA, que viveu de 1855 a 1954 (faleceu com 99 anos), foi uma mãe-de-santo que chefiou a Casa das Minas, em São Luís, estando à frente dela por 40 anos (1914-1954). Essa Casa se mantém no mesmo lugar até hoje – no Centro Histórico de São Luís, na Rua de São Pantaleão –, e também é conhecida como Querembentan de Zomadonu. Mãe Andresa, à época, gozava de bastante prestígio nas diferentes classes da sociedade do Maranhão, o que lhe fazia estar relativamente livre para tocar seus tambores-de-mina sem tanta limitação pela polícia ou outras autoridades da época, mesmo com a grande perseguição política vivida pelas religiões de matriz africana e seus líderes. Como uma importante líder religiosa da época que era, Mãe Andresa era bastante procurada por outras mães-de-santo, nunca se negando a aconselhá-las e orientá-las (SANTOS, 2001).

³² A Casa das Minas é uma casa em que se cultua o Tambor de Mina, numa religião de matriz africana. Ela foi, originalmente, organizada por africanos contrabandeados para serem escravizados após a proibição do tráfico, sendo o terreiro mais antigo do Estado do Maranhão. Por meio dela, foi implantado no Estado o culto ao Tambor de Mina, na década de 1840. Lá só são cultuados voduns mina procedentes do Reino de Daomé, que são louvados na língua Jêje (Ewê-Fon). A Casa das Minas foi tombada pelo IPHAN, em 2002, e hoje tem um número reduzidos de praticantes, não tendo outras Casas derivadas dela (MUSEU AFRO-DIGITAL, 2017).

realmente mostrar que a questão da religiosidade afro-maranhense estava muito relacionada à Casa das Minas. E a Mãe Andresa era uma das figuras principais e importantes dessa casa. Foi uma das fundadoras. Então, por conta disso, nós intitulamos o nome para esse resgate histórico da religiosidade negra no Maranhão (informação verbal)³³.

Segundo a Andresa Lucia Gato (informação verbal)³⁴, foi em razão da busca de representatividade por parte das mulheres negras dentro dos movimentos negros e de mulheres que algumas divergências aconteceram, divergências que refletiam o pensamento da sociedade tradicional – sexista e racista – da época. Entretanto, ela, especialmente, não reconhece isso como um problema, e sim como uma situação de ampliação propositiva que sofreu certa resistência, mas que se permitia em razão do momento político que estava sendo vivido – várias pessoas tinham sido anistiadas, as manifestações dos movimentos negros aconteciam com muita intensidade, discussões sobre a “falsa abolição” tomavam força na sociedade, negros apareciam no censo, entre outras situações.

E, como ela ressalta, era um movimento que acontecia no mundo todo. As informações passaram a ser cruzadas e as comunicações entre as mulheres negras também aumentavam sua frequência. A Andresa Lucia Gato (informação verbal)³⁵ também entende que, por uma série de situações vividas, não existia uma real separação ou secção, mas algo que era até “salutar”, na medida em que se dava visibilidade para as mulheres negras e, ao mesmo tempo, importância aos movimentos.

A Andresa Paula Renata Balthazar também falou sobre o início desse movimento, dizendo que era algo desconhecido para as próprias mulheres negras. Elas estavam criando algo novo, iniciando os movimentos de mulheres negras:

[...] Tanto era desconhecido para nós, quanto era desconhecido pros outros. Os homens se sentiam ameaçados – os homens do movimento negro –, como se fosse um movimento de oposição às pessoas, não oposição à ideologia. E eu acho que, até hoje, as pessoas ainda não compreenderam o que que é estar mudando ideologias. Então, havia isso tanto das mulheres brancas, como dos homens negros, e de nós mesmos, porque a gente tava pisando em caminhos desconhecidos. A gente tava criando! Não havia modelos prontos! Havia Lélia Gonzalez, havia alguns movimentos aqui no Sudeste, mas que, para nós que estávamos aí, no Meio Norte já, no Nordeste, porque na Bahia também estava bastante forte, mas, para nós... Éramos, assim, começando... Nós éramos, assim, iniciantes! E a gente tava rompendo com as nossas próprias barreiras (informação verbal)³⁶.

³³ Entrevista com a Andresa Lucia Dutra, realizada em 20 de outubro de 2017.

³⁴ Entrevista realizada em 02 de outubro de 2017.

³⁵ Entrevista realizada em 02 de outubro de 2017.

³⁶ Entrevista com a Andresa Paula Renata Balthazar, realizada em 16 de outubro de 2017.

E esse momento, para a Andresa Lucia Gato (informação verbal)³⁷, passou a ser um exercício também dos movimentos, inclusive dos movimentos negros, que tiveram que “aprender” a tratar dessas novas questões e entender que não existia uma cisão, e sim uma agenda própria das mulheres negras, que precisava ser respeitada e acolhida por todos, e entrar na pauta de reivindicações também. Isso coaduna com Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 34-35), quando dizem que, mesmo com o sexismo estando latente, muito companheirismo também aconteceu: “[...] É claro que pintou machismo e paternalismo, mas também solidariedade e entendimento”.

A Andresa Silvia Leite (informação verbal)³⁸ também relembra essa história: “[...] Em 82, nós começamos a primeira discussão sobre mulher negra, trazendo para dentro do Centro de Cultura Negra a questão da mulher, que não era uma coisa discutida”. E continua, fazendo uma relação com o movimento feminista, do qual também era militante e decidiu sair, junto com a Andresa Paula Renata Balthazar, para construir um movimento específico de mulheres negras. Disse que, quando elas decidiram sair do Grupo Mulheres da Ilha, as outras membras questionaram a decisão dizendo: “[...] Não tem porque vocês saírem!” E o mesmo aconteceu dentro dos movimentos negros. E ela falou:

[...] Mas tinha, porque a questão da mulher negra é uma questão específica. Ela tá no contexto geral, mas também ela tá no contexto da especificidade. E quando nós tivemos essa consciência, até porque nós já militávamos no movimento negro, a gente viu a necessidade de discutir a questão da mulher negra dentro do movimento negro, também houve a reação dos homens do movimento. E mesmo brincando, eles disseram que iam criar o grupo dos “Veias”, que seria o contraponto do grupo de mulheres negras. Mesmo na brincadeira, isso, pra gente, soou como o quê? Uma resposta a um machismo incutido. Mesmo sendo homens negros na militância, mas a questão de gênero, que, naquela época, pra nós, não estava claro, mas apareceu com uma ênfase bem interessante (informação verbal)³⁹.

A Andresa S.M.V.N. (informação verbal)⁴⁰ também relembra o momento, dizendo que surgiram, no CCN, à época, muitos adversários, que não aceitavam as discussões sobre gênero e tinham posturas que endossavam o patriarcado, o machismo, no sentido de que consideravam as mulheres como “secundarizadas em alguns processos”. E continua, dizendo que “[...] A instituição se mostrava num viés muito masculinizado, em vários momentos” (informação verbal)⁴¹.

³⁷ Entrevista realizada em 02 de outubro de 2017.

³⁸ Entrevista realizada em 12 de outubro de 2017.

³⁹ Entrevista com a Andresa Silvia Leite, realizada em 11 de outubro de 2017.

⁴⁰ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2017.

⁴¹ Convém ressaltar que, nas suas falas, a Andresa S.M.V.N., entrevistada em 23 de outubro de 2017, sempre destaca a importância e o respeito que tem pelo CCN, enquanto uma instituição essencial para a população negra como um todo, fazendo essa crítica em razão da postura reacionária de alguns membros da época.

Tal situação é endossada pela Andresa Josanira da Luz (informação verbal)⁴², quando diz que dentro do Centro de Cultura Negra (CCN): “[...] tinha também a resistência do próprio machismo, da cultura machista, mesmo lutando por direitos, por igualdade, mas existia”. Ela diz que, no CCN, apesar de lutar contra o racismo, as pautas das mulheres do movimento terminavam sendo secundarizadas: “[...] mesmo lutando contra o racismo, contra o preconceito, mas as mulheres sempre ficando no secundário”.

Para a Andresa Concita Cantanhede (informação verbal)⁴³, as mulheres negras sempre tiveram uma participação muito forte nos movimentos negros: “[...] As mulheres fazem parte do movimento, nas entidades, nas organizações, tudinho [...]”. E continua: “[...] Foi sempre muito forte a atuação da mulherada!”. Mas destaca que elas estavam sempre em posição de invisibilidade dentro dos movimentos: “[...] [mas] estão sempre no segundo plano, estão sempre atrás das cortinas, dando aquela força! Aí veio a questão no machismo”. Então, com o tempo, passaram a discutir suas participações nos movimentos negros, discutir feminismo dentro dos movimentos negros, o que gerou uma grande resistência por parte dos homens. E ela conta mais sobre como aconteciam às reuniões das mulheres negras:

[...] A gente não chamava roda de conversa, mas a gente sempre se reunia nos sábados, à tarde, para a gente tá discutindo. A gente dizia assim: “Vamos sentar para começar a discutir as nossas questões de mulheres”. E aí, mesmo com atividades dentro do Centro de Cultura Negra, porque cada ramo, na época, era tudo assim, em departamentos: de cultura, departamento de pesquisa, departamento cultural. Então, todas as pessoas eram engajadas em algum departamento. Então, após essas atividades dos departamentos, cada uma fazendo suas responsabilidades, a gente sempre articulava um momento pra gente tá discutindo nós, a mulherada do movimento, com as pessoas que tinham interesse naquele momento de fazer esses diálogos. E assim começou (informação verbal)⁴⁴.

Como conta a Andresa S.M.V.N. (informação verbal)⁴⁵, a Andresa Sílvia Cantanhede, por diversas vezes, foi para o embate com os companheiros do CCN para sustentar os direitos das mulheres no grupo. Mas, mesmo com a opressão racial que atingia os homens, muitos se negavam a reconhecer que as mulheres, além de serem afetadas por ela, também eram marcadas pelo sexismo, a ponto de se exigir a separação delas quanto ao grupo:

[...] Quando nós fomos para esse embate, chegou um momento de um estrangulamento tanto dentro da instituição, que nós decidimos sair. De dizer nós temos autonomia, nós temos condições de caminhar com as próprias pernas, nós somos uma organização de mulheres e vamos nos constituir enquanto tal, inclusive no enfrentamento, cortando na carne, mas no enfrentamento aos companheiros. E aí saímos (informação verbal)⁴⁶.

⁴² Entrevista realizada em 12 de outubro de 2017.

⁴³ Entrevista realizada em 18 de outubro de 2017.

⁴⁴ Entrevista com a Andresa Concita Cantanhede, realizada em 18 de outubro de 2017.

⁴⁵ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2017.

⁴⁶ Entrevista com a Andresa S.M.V.N., realizada em 23 de outubro de 2017.

Assim, nos movimentos negros, muitas vezes, as mulheres negras que suscitavam as novas discussões terminavam sendo:

[...] acusadas de “segregar a luta antirracista”, como se a especificidade do assunto não se agregasse também na categoria raça. As exclusões eram sentidas e sofridas por todas e, com as experiências de outras companheiras do sul e do sudeste do Brasil, elas suscitaram discussões no Maranhão sobre a questão de gênero. (SOUZA, 2017, p. 72).

Isso tudo ajuda refletir sobre o interesse dos homens do CCN que negavam a reconhecer a condição específica que era pautada. Mas, segundo a Andresa S.M.V.N. (informação verbal)⁴⁷, esse momento foi importante tanto para as mulheres negras que fundaram o movimento próprio, quanto para os homens dos movimentos negros:

[...] Eu acho que foi o grande momento de crescimento, de amadurecimento, de autonomia das mulheres do Mãe Andresa daquela geração, mas também de alguns homens, que começaram a nos respeitar mais, a nos valorizar, inclusive porque o grupo cresceu, o grupo, ao contrário do que muita gente talvez pensasse, o grupo não ficou acanhado, o grupo não ficou no anonimato (informação verbal)⁴⁸.

Para a Andresa Concita Cantanhede (informação verbal)⁴⁹, “[...] A coisa foi engajando... Aí, no próximo ano já surgiu um seminário... Aí já surgiu um encontro... E a coisa foi tomando corpo!”. Em sua dissertação, a Andresa Grace Kelly Souza (SOUZA, 2017) ressalta que algumas das discussões sobre as mulheres negras no CCN terminaram surgindo a partir das discussões sobre a ocupação de cargos de direção do grupo por elas, cargos que lhes eram, de regra, negados. E isso trouxe consigo discussões sobre relações de gênero e demandas de mulheres negras para dentro do CCN, pois só aos homens, assim constatei, permitia-se a circulação e ocupação de espaços simbólicos de poder.

As discussões que nasceram também permeavam campos, como: história, saúde, educação, participação política, sexualidade, mercado de trabalho, identidade, extermínio da população negra, a partir da articulação e organização de movimentos de mulheres negras em nível estadual e nacional, com a realização de reuniões, palestras, seminários, debates e encontros, na tentativa de lutar pela sobrevivência em um país marcado pelo capitalismo, pelo racismo e pelo sexismo, em busca de uma sociedade mais justa e igual (GRUPO DE MULHERES NEGRAS MÃE ANDRESA, 1991). Outra discussão trazida dizia respeito, como a Andresa Grace Kelly Souza falou na entrevista (informação verbal)⁵⁰, à esterilização em massa das mulheres negras.

⁴⁷ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2017.

⁴⁸ Entrevista com a Andresa S.M.V.N., realizada em 23 de outubro de 2017.

⁴⁹ Entrevista realizada em 18 de outubro de 2017.

⁵⁰ Entrevista realizada em 16 de outubro de 2017.

Elas discutiam também sobre o fato de serem tratadas como coisas, objetos de produção ou de reprodução sexual. E lutavam contra o desemprego, a violência policial e outras tantas violências que marcavam suas vidas, oriundas do racismo e do sexismo vividos (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Nessa mesma linha, Carneiro (2002) destaca o fato dos movimentos de mulheres negras terem surgido trazendo, então, novos temas para as discussões nos movimentos negros e nos movimentos feministas. Então, as discussões e lutas versavam, assim entendido, sobre violações a direitos humanos, pleiteando esses direitos adequados a si próprias: os direitos humanos das mulheres negras.

Para Carneiro (2002), o Estado, ao sustentar que se vive um momento em que ele tem cumprido seu papel de figura engajada com as pautas dos movimentos negros – o que estendo para os movimentos de mulheres negras –, quer transparecer que tem tomado iniciativas para reordenar as relações no país, o que, na verdade, termina é expropriando dos movimentos as conquistas históricas deles, conseguidas a partir de muitas reivindicações, lutas, resistências e sangue derramado.

Isso só demonstra a ineficiência de sua atuação e a necessidade que o Estado tem de querer transparecer para a sociedade que está retirando aspas “no controle”, tomando as iniciativas para assegurar a (suposta) democracia racial, combatendo o racismo e o sexismo e revertendo outras práticas discriminatórias. Todavia, de fato, suas atitudes estão muito distantes dos interesses dos movimentos (CARNEIRO, 2002).

Dessa maneira, os movimentos negros, de mulheres e, especialmente, de mulheres negras tiveram e até hoje têm um papel essencial na promoção de ações e discussões sobre temas que refletem o racismo e o sexismo, interseccionados, reivindicando a construção formal e material de direitos aos grupos subalternizados, em especial de direitos humanos. Isso porque o interesse do Estado é manter o sistema que privilegia aqueles que detêm o poder: os homens brancos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de mulheres negras surgiram no contexto dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres, mas como movimentos independentes, vez que as mulheres negras não se sentiam contempladas de forma integral pelas discussões naqueles propostas, já que os primeiros se limitavam a discutir a perspectiva racial, enquanto os demais pensavam nas questões afetas somente ao gênero.

A intersecção em suas vidas dos dois marcadores sociais da diferença, então, exigia discussões além das já naqueles movimentos trabalhadas, pelas vulnerabilidades multidimensionais surgidas a partir dela.

As discussões feministas hegemônicas, então, por desconsiderarem (ou diminuir) a questão racial, no que tange à sua importância para a compreensão das situações dos diferentes grupos de mulheres, reforçam a existência de supostas hierarquias entre raças. Assim, discutir gênero vai além de falar de mulheres.

Do mesmo modo, falar de raça excede o debate sobre negros. É preciso, por isso, discutir os marcadores sociais da diferença de forma interseccionada, numa relação de dependência necessária entre eles, para que se possa perceber a dimensão das situações vividas pelas sujeitas e sujeitos nascidos dessas intersecções, em especial, pelas mulheres negras.

Ainda, as violências pelas quais passam e que resultam na dupla subalternização que vivem, muitas vezes, são reiteradas pelo próprio Estado, na medida em que ele, descumprindo com as suas obrigações, age como violador direto dos direitos que essas mulheres já conquistaram, ou silencia quanto ao reconhecimento de novos direitos para elas. Ou também quando se recusa a participar da busca por superação das violências sociais as quais elas estão sujeitas. Tudo isso se reflete enquanto racismo e sexismo que, em vez de serem combatidos pelo Estado, são, por ele, instituídos.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Revista CADERNO CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/movimento-negro-no-brasil-novos-e-velhos-desafios-por-sueli-carneiro/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. Mulheres em movimento. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 1-10, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 22 set. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 419-441.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRUPO DE MULHERES NEGRAS MÃE ANDRESA. **Boletim Informativo** n. 1, 1991.

KILOMBA, Grada. A Máscara. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>>. Acesso em: 28 out. 2017.

PACHECO, Marcos Antônio Barbosa. **Estado multicultural e direitos humanos: tópica constitucional de direitos étnicos**. São Luís: UFMA, 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** Campinas: [s.n], 2001. Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, n. 22, v. 3, p. 445-456, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Maria do Rosário Carvalho. **O caminho das matriarcas Jeje-Nagô**. São Luís: [s.n], 2001.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. **Mulheres negras e relações de gênero: narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do Bloco Afro Akomabu do Centro de Cultura Negra do Maranhão**. 140 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SUDBURY, Julia. **Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação**. São Paulo: Summus, 2003.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista da ABPN**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 52-63, mar./jun. 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.